

STF ADIA JULGAMENTO DA TABELA DE FRETES

O Ministro Luiz Fux atendeu o pedido da Advocacia-Geral da União.



Marcado para o próximo dia 04 de setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu adiar o julgamento sobre a constitucionalidade da Tabela de Fretes. O pedido foi feito pela Advocacia-Geral da União (AGU), e os ministros do STF entenderam que o governo precisa de mais tempo para acertar com a categoria o melhor caminho para o setor. Sob ameaças constantes de greve, os caminhoneiros pressionam o governo para que a medida seja considerada constitucional, desconsiderando os impactos negativos - passados, presentes e futuros - da medida para a economia do país. O novo julgamento ainda não tem data marcada.

Em agosto, a Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (ACEBRA) representada pelo Diretor Executivo Roberto Queiroga, participou de reuniões no Ministério da Infraestrutura (Minfra), em Brasília, juntamente com representantes dos embarcadores e de transportadores de cargas, com o objetivo de chegarem a um acordo sobre a Tabela de Fretes. O setor embarcador, reforçando a posição contrária a qualquer tabelamento, exigiu que, se tinha que existir uma tabela, que fosse a última divulgada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), desenvolvida pela Esalq-Log conforme os trâmites legais e

com preços mais aderentes aos praticados no mercado. Após muita insistência do setor e resistência dos representantes dos caminhoneiros, o Minfra acatou a sugestão e decidiu pela revogação da suspensão da última tabela divulgada.

Desde que foi instituída, em maio de 2018, a Tabela de Fretes já causou inúmeros prejuízos não só para o setor produtivo como para os próprios caminhoneiros. Muitas empresas optaram pela formação de frotas próprias ou pela contratação de empresas terceirizadas, fazendo com que caminhoneiros autônomos reduzissem seus ganhos em mais de 20%. E somente em 2018, o Produto Interno Bruto do país perdeu mais de R\$ 20,3 bilhões devido ao tabelamento e à alta nos preços do óleo diesel.

A ACEBRA continuará empenhada na luta para que os valores da tabela sejam mais próximos da realidade do mercado, para facilitar a contratação direta dos serviços de transportes de cargas e melhorar o ambiente de negócios.

PRESIDENTE DA ACEBRA EM BRASÍLIA E OUTRAS AGENDAS

O presidente Arney Frasson participou de reuniões com membros do governo.



O Presidente da ACEBRA, Arney Antônio Frasson, participou de agendas em Brasília entre os dias 12 e 14 de agosto. Além de acompanhar a votação da Medida Provisória nº 881/19, da Liberdade Econômica, na Câmara dos Deputados, o presidente participou de reuniões nos Ministérios da Infraestrutura e da Agricultura. Nas ocasiões, Arney Frasson discutiu assuntos como as dificuldades na contratação direta de caminhoneiros autônomos por embarcadores e buscou maiores informações sobre regulamentos divulgados recentemente, que tem impacto nas empresas cerealistas.



A ACEBRA participou de uma audiência pública sobre a regulamentação da prestação de serviço de transporte ferroviário de cargas por Operador Ferroviário Independente (OFI). A proposta quer disciplinar o acesso dos OFI ao Subsistema Ferroviário Federal (SFF), através do compartilhamento de infraestrutura ferroviária e de recursos operacionais.



A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, participou da última reunião da Câmara Setorial de Infraestrutura e Logística do Agronegócio (CTLOG), no dia 07 de agosto, em Brasília. Na reunião, a ministra afirmou que sempre defendeu que a Tabela de Fretes fosse “de referência, e não uma tabela que engessasse a economia”.